



ACÓRDÃO Nº 262/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1577/2015 (2 vol).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsáveis:** Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa, Presidente e Ordenador de Despesas, referente ao período de 01/01/2014 a 02/07/2014 e Sra. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Presidente e Ordenadora de Despesas, referente ao período de 03/07/2014 a 31/12/2014.
- 6- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 893/2017-MPC, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 393/395).
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM. Exercício de 2014.

Regularidade. Determinação. Quitação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular** a Prestação de Contas do Tribunal de Justiça, exercício 2014, de responsabilidade do Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa, Presidente e Ordenador de Despesas, referente ao período de 01/01/2014 a 02/07/2014 e da Sra. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Presidente e Ordenadora de Despesas, referente ao período de 03/07/2014 a 31/12/2014, com fundamento no art. 19, II c/c art. 22, I e art. 23 da Lei nº 2423/96, combinado ainda com o art. 5º, II, art. 188, parágrafo primeiro, inciso I e art. 189, I da Resolução nº 004/2002 – RITCE/AM.

- 9.1.1. Recomendar que seja realizado um levantamento geral nos bens patrimoniais com as devidas entradas dos bens doados e as baixas dos bens inservíveis, de forma a demonstrar a verdadeira situação do patrimônio daquela unidade gestora.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº262/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.1.2. Recomendar providências para que se dê a concretização da adesão do Tribunal de Justiça ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Amazonas.

9.2. Determinar ao Sepleno que:

9.2.1. Encaminhe à atual Administração do Tribunal de Justiça cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, para que àquela Pasta atente às recomendações mencionadas nas peças técnicas visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

9.2.2. Cientifique os responsáveis, Excelentíssimo Senhor Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa e Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo, com cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão para ter ciência do decisório;

9.2.3. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, do RITCE/AM.

9.3. Dar quitação ao Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa, Presidente e Ordenador de Despesas, referente ao período de 01/01/2014 a 02/07/2014 e a Sra. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Presidente e Ordenadora de Despesas, referente ao período de 03/07/2014 a 31/12/2014.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral